

INP INÍCIA CIRCUITO DE DEBATES SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA E DISCUTE CRIAÇÃO DE NOVO MINISTÉRIO

O painel “Segurança Pública e República Efetiva” reuniu no último dia 03, em Porto Alegre, dezenas de especialistas da área, ativistas e servidores públicos da Brigada Militar, Polícia Civil, Polícia Penitenciária e Instituto Geral de Perícias. O evento contou com o lançamento do livro “Por uma segurança pública democrática, cidadã e antirracista”, organizado por Benedito Mariano e pelo presidente do IREE Walfrido Warde, seguido de palestra do coordenador do Núcleo de Segurança Pública do IREE, Benedito Mariano, também Secretário de Segurança de Diadema/SP. O ex-governador do RS e ex-ministro da Justiça, Tarso Genro, presidente do INP, coordenou a atividade.

O encontro marca a parceria entre o Instituto Novos Paradigmas e o Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa, que já vinham trocando experiências e ações conjuntas há alguns meses. Uma das medidas defendidas pelo INP e pelo IREE, considerada fundamental para o fortalecimento da democracia brasileira, é a recriação do Ministério da Segurança no âmbito da administração federal. “Não conseguiremos avançar sem a organização do Ministério da Segurança. Nos últimos anos, ficou ainda mais complexo atuar contra o crime organizado. A estrutura do Ministério da Justiça vai ter dificuldade para fiscalizar o número de armas que circula atualmente no país. Essa é uma dificuldade concreta”, exemplificou Benedito Mariano.

Mariano destacou ainda que é preciso retomar o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, o Pronasci, criado por Tarso Genro no segundo Governo Lula. “Tem que retomar o Pronasci e estabelecer ele como prioridade. O Pronasci como uma assessoria isolada na antessala do gabinete do Ministro da Justiça não sairá do papel. Tem que ter prioridade política e orçamentária”, acrescentou. Mariano.

Entre algumas iniciativas do Pronasci, o secretário de Segurança de Diadema destacou o policiamento de proximidade, os programas e ações voltados para a juventude e o Bolsa-formação, que previa um complemento remuneratório aos policiais que participavam de cursos de qualificação. “Tenho convicção que a imensa maioria dos policiais civis e militares não são vocacionados a agir de forma truculenta ou como se integrasse um grupo de extermínio. Nós temos que ter políticas de valorização profissional”.

Tarso lembrou que enquanto esteve à frente do Ministério da Justiça viajou o Brasil acompanhando a implementação do Pronasci e que em

todos os lugares era abordado por policiais e agentes que diziam que estavam participando de cursos do Bolsa-formação.

Outro tema que esteve presente nas falas dos palestrantes e dos servidores da área de segurança que fizeram intervenções é a necessidade de uma política efetiva voltada para a saúde mental dos policiais. “A saúde mental dos policiais é um elemento chave para a segurança pública. Tem que efetuar um investimento pesado e criar uma estrutura na ponta que seja absolutamente acessível aos servidores. Se o Estado não tiver um cuidado especial com os agentes, que são a face pública do Estado, acaba deixando essas pessoas expostas, inclusive expostas à criminalidade”.

Mariano também defendeu a necessidade de medidas que enfrentem duas questões estruturais atualmente: a violência contra a mulher e o racismo.

“Precisamos de um movimento de fora para dentro do Governo. A sociedade civil e os partidos do campo democrático precisam entender a importância da Segurança Pública para a democracia”, concluiu.

O ex-ministro Tarso Genro também comentou sobre a importância da criação do Ministério da Segurança e da retomada do Pronasci. “O ideal é que os novos paradigmas de uma segurança pública com cidadania sejam estabelecidos através de reforma constitucional. Porém, nós não podemos paralisar uma visão federativa que já está posta dentro da hierarquia do estado brasileiro. Portanto, é preciso adotar um novo modelo para começar um processo de mudanças estruturais na sociedade, que incida diretamente na vida das pessoas”.

O Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, Alfredo Atiè, que acompanhou o painel de forma virtual, sugeriu que a palavra Cidadania fosse incluída ao nome do Ministério da Segurança. A sugestão foi acolhida por Tarso e Benedito Mariano.

Ao logo de 12 meses o INP se propõe a promover um conjunto de debates, produzir enunciados políticos e ouvir diferentes expressões do setor, além de capturar a percepção das comunidades e dos policiais, protagonistas e destinatários dessa estruturante política para a qualidade democrática.

Foto: Matheus Pé